



PLANO RIO GRANDE

Todos nós por todos nós.

Plano de Investimentos

Versão 02

16/09/2024

GOVERNO
DO ESTADO



RIO
GRANDE
DO SUL

O futuro nos une.

PLANO RIO GRANDE

PLANO DE INVESTIMENTOS – 16 DE SETEMBRO DE 2024

Sumário

1. Documentos base	3
2. Diretrizes Aplicadas na elaboração do Plano de Investimentos	3
2.1 Necessidade de uma abordagem integrada em reconstrução, resiliência e gestão de riscos	7
2.2 Redução dos Custos Totais	8
2.3 Fortalecimento da Resiliência Comunitária	9
2.4 Proteção da Infraestrutura e Ativos.....	10
2.5 Exemplos Internacionais de Fundos de Reconstrução	10
3. O Plano Rio Grande e o FUNRIGS	11
3.1 A relevância de uma visão estratégica de médio e longo prazo para o FUNRIGS	14
4 Portfólio de Projetos	14
4.1 Eixo Atuação Emergencial do Estado	15
4.2 Eixo Resiliência.....	16
4.3 Eixo Preparação	17
4.4 Integração entre os eixos de Preparação e Resiliência	18
4.5 Eixo Reconstrução	19
4.6 Critérios Objetivos para Inclusão	20
4.7 Fluxo de Análise e Validação	20
5. Plano de Investimento	21
5.1 Valores da Postergação da Dívida	22
Valor total projetado para o ano de 2024	24
Valor total projetado para o ano de 2025	27
Valor total projetado para o ano de 2026	30
Valor total projetado para o ano de 2027	32
6. Governança	34
6.1 Conselho do FUNRIGS	34
6.2 Comitê Gestor do FUNRIGS	35
6.3 Transparência.....	35
6.4 Fluxograma de Acompanhamento	35
7. Considerações Finais	36
8. Referências	38

1. Documentos base

Como fonte para elaboração deste Plano de Investimentos foram utilizados os seguintes documentos:

- **Exposição de Motivos Nº 49/2024 do Ministério da Fazenda:** Encaminha proposta de Projeto de Lei Complementar (PLP) que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública
- **Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024:** Autoriza a postergação do pagamento de dívidas dos entes federativos afetados por calamidades públicas e dispõe sobre o uso dos recursos poupados para investimentos em **reconstrução e adaptação**.
- **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012:** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), estabelecendo diretrizes e princípios para a gestão de riscos e a proteção contra desastres.
- **Lei nº 12.983, de 2 de junho de 2014:** Estabelece normas para a utilização dos recursos públicos destinados à prevenção e mitigação de desastres decorrentes da calamidade pública e de suas consequências econômicas e sociais.
- **Lei nº 16.134, de 24 de maio de 2024:** Institui o Plano Rio Grande, cria o FUNRIGS e define suas atribuições e fontes de receita.
- **Decreto nº 57.647, de 3 de junho de 2024:** Regulamenta o Plano Rio Grande, instituindo o Comitê Gestor, o Conselho e o Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática.
- **Portaria STN/MF Nº 855, de 24 de maio de 2024:** Altera a classificação das fontes ou destinações de recursos a ser utilizada por Estados, Distrito Federal e Municípios a partir do exercício de 2024.
- **Nota Técnica Tesouro SEFAZ-RS 002/2024:** Aplicação dos recursos da suspensão do serviço da dívida com a União – Lei Complementar no 206/2024.
- **Nota Técnica CAGE/DNC 01/2024:** Fundo do Plano Rio Grande. Programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul. Procedimentos contábeis, orçamentários, patrimoniais e de controle.
- **Nota Técnica Subsecretaria de Contabilidade Pública SEI nº 1521/2024/MF:** Orientações para o adequado registro do recebimento e execução das transferências destinadas ao Estado do Rio Grande do sul e aos seus municípios para atendimento à situação de calamidade e de emergência pública.
- **Documentos técnicos específicos do Plano Rio Grande:** Incluem cadernos técnicos, mapas de processos e formulários de submissão de projetos, fornecendo diretrizes operacionais detalhadas.

2. Diretrizes Aplicadas na elaboração do Plano de Investimentos

O Decreto 57.646, de 31 de maio de 2024, traz 95 municípios gaúchos em estado de calamidade e 323 em estado de emergência – **84% dos municípios** do RS. Isto é, praticamente todo o território gaúcho foi diretamente atingido pela catástrofe meteorológica com média ou grande intensidade. Níveis de elevação da água inéditos foram alcançados em diversos pontos do estado, em algumas regiões, foram registrados até 300 mm de chuva em um único dia, de modo que os desastres ocorridos nesse ano mostraram novos parâmetros a serem adotados para garantir a segurança da população.

Entre 2013 e 2023, foram 2.826 ocorrências de registros de desastres reconhecidas pela União, distribuídas em **495 dos 497 municípios** gaúchos. São necessárias **soluções integradas** para todo o Estado tornar-se resiliente a esses desastres. Entre os mais frequentes, estão enxurradas e chuvas intensas – juntas elas somam 32% dos registros.

Estudo desenvolvido pelo World Weather Attribution (WWA, 2024), realizado por 13 pesquisadores do Brasil, do Reino Unido, da Suécia, da Holanda e do Estados Unidos aponta que, por conta das mudanças climáticas, as fortes chuvas que inundaram o Rio Grande do Sul entre abril e maio se tornaram **pelo menos duas vezes mais prováveis, além de 6% a 9% mais intensas**. Dessa forma, é esperado crescimento no número de ocorrência de desastres e na sua intensidade, apontando para a urgente necessidade de preparação.

Em uma análise preliminar das enchentes em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, realizada pelo Programa do Governo Holandês de Redução de Riscos de Desastre e Suporte a Surtos (DRRS), foram apontados: 1) Sistemas de bombeamento dimensionados com base em dados históricos antigos, e com defasagem técnica; 2) Níveis de chuvas acima dos parâmetros de projeto da década de 1960; 3) Comportas não operaram com eficiência, apresentando vazamentos ou rompimentos, empenando devido às altas energias do escoamento, não estancando os volumes provenientes do Guaíba; 4) Níveis d'água operacionais das bombas excedidos, incluindo seus controles elétricos e de automação, motivo pelo qual a alimentação elétrica foi obrigatoriamente desligada para evitar riscos de curto-circuito; 5) Alternativas de Energia emergencial (geradores) não estiveram disponíveis para suprir os equipamentos de bombeamento; 6) Aparente ausência de manutenção dos equipamentos; 7) Retorno do escoamento nas bombas devido à falta de válvulas de retenção; 8) Diques rebaixados e presença de assentamentos informais em alguns trechos; 9) Áreas sem diques de proteção, em particular assentamentos informais; 10) Galgamento de alguns diques de proteção; 11) Sistema de Diques e Comportas sem sistema robustos de ação frente a emergências. Além dessas questões, a análise aponta a necessidade de construir alternativas para as infraestruturas críticas que se mostraram vulneráveis, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e outros acessos importantes ao Rio Grande do Sul e seus principais municípios.

Ainda que parte dos danos possa ter decorrido de falta de manutenção, toda a estrutura de proteção de enchentes precisa ser repensada em novas bases, inclusive, com uma adequada preparação para a resposta. O mesmo relatório recomenda um plano de previsão de inundações e alerta antecipado, no qual conste como comunicar ao público, em quais níveis e quem deve fazer a comunicação, assim como as medidas precoces que podem ser tomadas com base no alerta. É preciso que haja: conhecimento do risco de desastres (o que será inundado em qual nível), detecção, observação, monitoramento e previsão (previsão de possível nível de água/inundação); disseminação e comunicação de alertas (com autoridades, cidadãos e empresas); preparação e resposta (organização do governo, de pessoas e de empresas para agir quando receber o aviso). Recomenda, ainda, que sejam realizados treinamentos regulares para testar e avaliar o plano.

Na mesma linha, entre as recomendações do consórcio CEPAL, BID e Banco Mundial, que está trabalhando na avaliação de perdas, danos e custos adicionais ocorridas no RS e decorrência do desastre, estão: 1) Compreender o risco de desastres - desenvolvimento de capacidades para avaliações e análises do risco (exposição e vulnerabilidade); 2) Fortalecer a governança do risco de desastres - melhorar condições institucionais, regulamentares e orçamentárias para uma gestão eficaz desse risco; 3) Investir na redução do risco de desastres para a resiliência – evitar novos e reduzir os riscos existentes por meio de uma maior consideração deles nas políticas, no planejamento e nos investimentos; 4) melhorar a

preparação para desastres para uma resposta efetiva e "reconstruir melhor" (Build Back Better) na recuperação, reabilitação e reconstrução - melhorar a capacidade de gestão de crises por meio do desenvolvimento de capacidades de previsão e gestão de catástrofes (aumentar a resiliência financeira dos governos, do setor privado e das famílias através de estratégias de proteção financeira e promover recuperação que não crie novos riscos, reduza os existentes e se concentre nas pessoas mais vulneráveis).

De uma forma ou de outra, o histórico de desastres e a projeção dos riscos climáticos para o Rio Grande do Sul, assim como as ações recomendadas pelos especialistas responsáveis pelos relatórios específicos sobre o estado e pela literatura mundial de forma mais ampla, citada na próxima seção, estão contempladas no Plano Rio Grande¹, composto pelos eixos emergencial, reconstrução e Rio Grande do Futuro, que deverá ser financiado pelo Fundo do Plano Rio Grande - FUNRIGS, cuja composição é dada também por recursos da postergação do pagamento da dívida com a União.

O pedido de reconhecimento do estado de calamidade pública do Estado do Rio Grande do Sul submetido à Câmara Federal, identificou a necessidade de investimentos para a preparação para o enfrentamento de novos desastres, conforme adicionado na Exposição de Motivos Interministeriais n. 43 de 6 de maio de 2024 da Mensagem nº 175 de 2024: Para fazer frente aos desafios públicos para o restabelecimento da normalidade social, são urgentes as ações para a mitigação dos riscos existentes, **preparação para novos desastres**, resposta à população afetada, com ações de socorro, assistência às vítimas e o restabelecimento dos serviços essenciais, os quais necessitarão ser sucedidos por ações de reconstrução da infraestrutura pública e privada destruída.

A **Lei Complementar nº 206**, de 16 de maio de 2024, autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional e a reduzir a taxa de juros dos contratos de dívida dos referidos entes com a União. No Art. 2, inciso 2, estabelece que os valores equivalentes aos montantes postergados em decorrência de eventos climáticos extremos dos quais decorra **estado de calamidade pública** reconhecido pelo Congresso Nacional, **deverão ser direcionados integralmente a plano de investimentos em ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências sociais e econômicas**, por meio de fundo público específico a ser criado no âmbito do ente federativo. O inciso 3, igualmente, remete a aplicação dos recursos em ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências econômicas e sociais, vedada a aplicação em despesas correntes de caráter continuado.

Na **Exposição de Motivos nº 49** do Ministério de Fazenda, de 13 de maio de 2024, essas ações são exemplificadas: **obras de melhoria ou ampliação de infraestruturas afetadas; constituição e pagamento de força de trabalho temporária; financiamento e subvenções de capital voltados à remoção de famílias e de estruturas produtivas de áreas de riscos; retomada da atividade econômica local, dentre outras**. Por fim, ajustes em Leis são propostos para possibilitar, **dentre outros, a atração de investimentos privados aos entes afetados**.

As consequências sociais e econômicas são mitigadas quando há percepção de que obras estão sendo realizadas para a **reconstrução/recuperação** de infraestruturas afetadas (de forma mais resiliente, considerando os riscos e padrões atuais), quando reforços de capital humano são chamados para atuar intensamente nesse período emergencial, quando pessoas e empresas são realocadas em regiões próximas e mais seguras, quando há incentivo para a retomada da economia, sobretudo em bases que

¹ Disponível em: <https://planoriogrande.rs.gov.br/inicial>

garantam a preparação para novos eventos e permitam maior resiliência ao estado, atraindo investimentos privados – **situações já previstas como um rol não exaustivo de ações.**

A reconstrução das áreas afetadas e os demais aspectos levantados anteriormente são cruciais. No entanto, limitar o uso dos recursos apenas a esses propósitos pode resultar em uma vulnerabilidade persistente e uma série de efeitos negativos oriundos de uma solução que se ocupa de apenas uma parte de um problema público que por sua natureza é complexo e multifacetado.

Dessa forma, além dos exemplos citados na exposição de motivos enviada juntamente à referida lei complementar, há outros exemplos de ações que atuam na mitigação das consequências sociais e econômicas, dentre as quais está a migração de pessoas e de empresas para outros lugares em função da sensação de insegurança gerada pelo desastre², já que a vulnerabilidade a desastres está ligada a aspectos ambientais, físicos e sociais, nos quais encontram-se também a capacidade de resposta das instituições e comunidades. Entre essas outras ações necessárias, tem-se: estudos e ações referentes à **governança** (gestão de riscos e desastres), ações para melhoria dos **diagnósticos** (melhores informações e modelos para a compreensão dos riscos de desastres), ações para **prevenção e mitigação** (medidas para redução de riscos, capacitação e educação para uma cultura de prevenção, construções e infraestrutura rural e urbana resilientes, assim como resiliência na saúde e na economia), e ações de **preparação** (monitoramento e alerta, reforço nas estruturas responsáveis pelas respostas aos desastres, capacitação dessas equipes, planos de contingência, preparação de simulados, comunicação de riscos). Essas ações, junto com as de reconstrução, fazem parte do Plano Rio Grande.

Tanto as ações de prevenção de desastres quanto as estratégias de mitigação e a adaptação às mudanças climáticas compartilham o objetivo comum de reduzir os impactos negativos sobre as populações e os ecossistemas. Embora a mitigação de desastres foque na redução de vulnerabilidades e no fortalecimento da resiliência de comunidades e infraestruturas, as abordagens climáticas lidam diretamente com a prevenção de riscos ambientais de longo prazo e a adaptação a cenários inevitáveis. Estas estratégias exigem uma gestão integrada e multissetorial, envolvendo desde o planejamento urbano até o fortalecimento de capacidades institucionais e comunitárias, garantindo uma resposta eficaz aos desafios que surgem tanto dos desastres imediatos quanto das mudanças climáticas em curso.

A mitigação e a adaptação são estratégias que se complementam, porém possuem enfoques distintos no enfrentamento das mudanças climáticas, sendo que a primeira lida com as causas do problema e a segunda com seus efeitos. A mitigação busca reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) e aumentar a remoção de carbono da atmosfera, podendo ser alcançada por meio do abandono dos combustíveis fósseis, da melhoria da eficiência energética e do aumento do uso de energias renováveis como solar, eólica e biomassa. Por outro lado, a adaptação visa ajustar os sistemas naturais e humanos ao comportamento do clima para minimizar danos e aproveitar oportunidades, o que pode envolver limitar a exposição de sistemas de água e saneamento a inundações, implementar sistemas de vigilância e alerta precoce para desastres naturais, desenvolver vacinas e melhorar o acesso à saúde mental, etc.

Diante desse contexto, as ações de mitigação e adaptação tornam-se ainda mais essenciais, especialmente quando analisamos o cenário do Rio Grande do Sul, que enfrenta desafios significativos após recentes eventos climáticos extremos. Além da necessidade imediata de reconstrução das

² Das 27 unidades da federação, o Rio Grande do Sul foi o 5º. estado a ter menor taxa de crescimento geométrico (0,15), isto é, sua população tem crescimento inferior à média brasileira.

infraestruturas danificadas, é imperativo considerar a alocação de recursos para projetos que visem **melhor diagnóstico, governança e preparação** para futuras emergências, garantindo a resiliência do estado frente a desastres naturais.

Para tanto é necessário que estes projetos estejam alinhados a uma visão de longo prazo voltada ao desenvolvimento sustentável, buscando atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): um conjunto abrangente de 17 objetivos interconectados e 169 metas, que o Brasil, em 2015, junto aos outros 192 Estados-membros da ONU, se comprometeu a atingir até 2030 — a chamada Agenda 2030. Trata-se de um apelo global à ação para acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que todos possam desfrutar de paz e de prosperidade.

2.1 Necessidade de uma abordagem integrada em reconstrução, resiliência e gestão de riscos

Alguns desses objetivos, como o ODS 13 – Ação contra a mudança global do clima e ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, estão fortemente ligados à **gestão integrada de riscos**, possuindo metas tais quais:

- Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países;
- Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima;
- Reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade;
- Aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

O Marco de Ação de Sendai (2015-2030), assinado na III Conferência Mundial para Redução de Riscos de Desastres, objetiva construir resiliência a partir da **compreensão do risco** de desastres; do **fortalecimento da governança** para gerenciar o risco de desastres; de investimentos para **reduzir riscos existentes e prevenir novos**, diminuindo a exposição a ameaças e a vulnerabilidade das comunidades; da **melhoria na preparação** de uma resposta eficaz aos desastres e **reconstruções melhores**.

O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) sublinha a importância da **adaptação e preparação para mitigar os desastres naturais**, especialmente em um cenário de mudanças climáticas crescentes. O documento argumenta que, sem uma preparação adequada, os impactos dos desastres climáticos serão cada vez mais devastadores. Tal preparação é importante inclusive para **proteger as estruturas que estão sendo reconstruídas**.

Segundo diagnóstico do IPCC (2023), o financiamento global destinados à adaptação permanecem insuficientes, restringindo a implementação de medidas especialmente em países em desenvolvimento. Como **principais barreiras à adaptação** estão: a falta de engajamento do setor privado e dos cidadãos; **mobilização insuficiente de financiamento** (inclusive em pesquisa), **ficando a cargo do setor público**

em países em desenvolvimento a carga para preparação e prevenção de desastres; baixa alfabetização climática; comprometimento político limitado; lenta incorporação da ciência da adaptação; e baixo senso de urgência. A disparidade entre os custos estimados de adaptação e os recursos alocados é crescente, com a maior parte do financiamento climático direcionado para mitigação, enquanto uma pequena fração é destinada à adaptação.

A **preparação** para emergências é fundamental para reduzir a vulnerabilidade de uma região frente a desastres naturais e para minimizar os impactos adversos sobre a sociedade e a economia. Nessa perspectiva, é necessário adotar uma abordagem integrada que combine projetos de preparação para emergências com esforços de reconstrução. Essa abordagem oferece uma série de benefícios significativos para a resiliência e sustentabilidade em longo prazo das comunidades afetadas e reconhece que a preparação para desastres e a resposta a emergências não devem ser vistas como ações isoladas, mas sim como partes interligadas de uma estratégia mais ampla de gestão de riscos. Seguem exemplos de como essa abordagem contribui para maior eficiência do uso de recursos públicos.

2.2 Redução dos Custos Totais

Investir em preparação para emergências pode reduzir significativamente os custos associados à recuperação e à reconstrução após desastres. De acordo com Hallegatte et al. (2020), **cada dólar gasto em medidas de preparação pode economizar até quatro dólares em custos futuros relacionados a desastres.** Isso ocorre porque a preparação minimiza a severidade dos danos, reduzindo, assim, a necessidade de intervenções dispendiosas após um evento adverso. Este retorno sobre o investimento é essencial para regiões vulneráveis, onde os recursos financeiros são limitados e os custos de recuperação podem ser extremamente elevados.

O relatório do Banco Mundial (2010) também reforça que a **prevenção** de desastres é uma **estratégia economicamente eficiente**, especialmente em países em desenvolvimento, onde as perdas econômicas podem ter efeitos devastadores de longo prazo.

Trata-se da necessidade de se inverter a lógica de se investir quase todo o orçamento (98%) em ações emergenciais de resposta e reconstrução em detrimento de ações de prevenção (2%), entre 2005 e 2014 (Liberato, 2016).

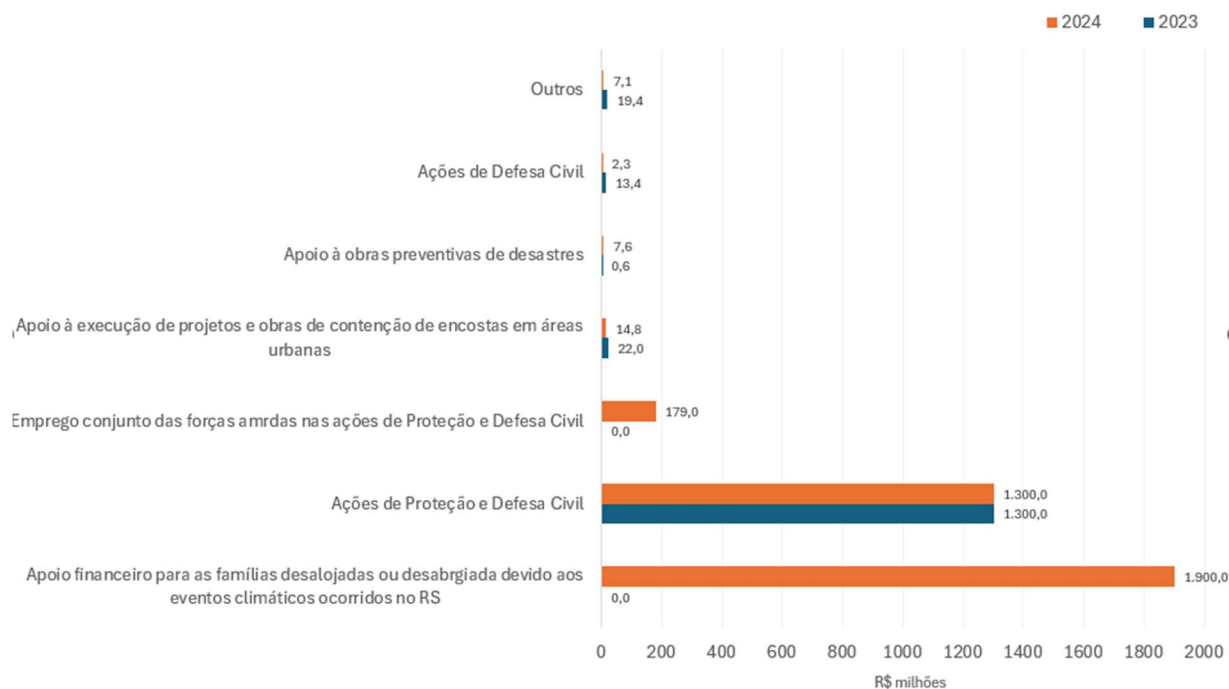
De lá para cá, há um crescimento dos percentuais destinados à prevenção (entre 2012 e 2023 alcançou 27,6%), embora o montante de recursos total pago para gestão de riscos de desastres tenha sido inferior aos alcançados em 2013 e 2014³ No Rio Grande do Sul, estado com histórico mais recorrente de desastres, de 2018 a 2024, o governo federal realizou sete vezes mais investimento na recuperação do que na prevenção⁴ O Gráfico abaixo ilustra essas informações.

³ Brasil deixa de aplicar 35% da verba para gestão de riscos e desastres, aponta TCU. 29 maio 2024.

Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/05/29/brasil-deixa-de-aplicar-35-da-verba-para-gestao-de-riscos-e-desastres-aponta-tcu>

⁴ Governo federal investiu sete vezes mais na recuperação que na prevenção de desastres no RS desde 2018. G1. 9 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/05/09/governo-federal-investiu-sete-vezes-mais-na-recuperacao-que-na-prevencao-de-desastres-no-rs-desde-2018.ghtml>

Gastos do Orçamento da União com Defesa Civil, por ação



Fonte: Siga Brasil

2.3 Fortalecimento da Resiliência Comunitária

A integração de projetos de preparação com a reconstrução fortalece a resiliência das comunidades, tornando-as mais capazes de enfrentar e se recuperar de futuros desastres. Cutter et al. (2013) destacam que a implementação de medidas de preparação, como a construção de infraestruturas resilientes e o desenvolvimento de planos de contingência comunitários, contribui para uma recuperação mais rápida e eficiente. Comunidades preparadas conseguem manter sua coesão social e responder de maneira mais eficaz durante crises, reduzindo os impactos sociais e econômicos de desastres.

O relatório do IPCC (2022) enfatiza a importância de adaptar infraestruturas e práticas sociais para aumentar a resiliência das comunidades em face das mudanças climáticas, reforçando a necessidade de integração de medidas de preparação em todos os aspectos da gestão de desastres.

Desde o relatório de Migração Internacional de 2014 (UN Migration, 2024), há evidências cada vez maiores de que os perigos climáticos associados a eventos e variações extremos são agentes impulsionadores diretos de migração e deslocamento involuntários e indiretos, ao deteriorarem os meios de subsistência sensíveis ao clima. Mesmo eventos climáticos mais sutis estão associados com migração (Pörtner et al., 2022:52). Mas, em alguns cenários, os perigos climáticos podem resultar em uma maior imobilidade, com implicações socioeconômicas distintas, isto é, famílias em dificuldades extremas não possuem recursos para migrar, ao contrário do que ocorre com a imobilidade voluntária, que se dá por laços fortes com o lugar, a cultura e as pessoas (Cissé et al., 2022).

Políticas de adaptação climática devem endereçar os fatores determinantes adversos, como a falta de preparação para lidar com eventos climáticos extremos, ao invés de tratar a imigração como uma necessidade empreendida para evitar calamidades. Políticas que falham em atuar sobre as realidades sociais e econômicas podem criar estratégias de adaptação climática que reproduzem, ao invés de

aliviar, as vulnerabilidades. Recursos no território são necessários para permitir que as pessoas possam lidar com os impactos das mudanças climáticas de forma bem-sucedida (UN Migration, 2024).

2.4 Proteção da Infraestrutura e Ativos

Integrar a preparação com a reconstrução ajuda a proteger os investimentos feitos na recuperação. Segundo Kousky (2014), ao melhorar a infraestrutura e adotar práticas de construção resilientes durante a reconstrução, é possível reduzir a vulnerabilidade futura da infraestrutura e dos ativos, evitando danos adicionais em desastres subsequentes. Isso significa que os recursos aplicados na reconstrução terão um impacto mais duradouro e sustentável, protegendo o patrimônio público e privado e assegurando que os esforços de reconstrução não sejam em vão em futuros eventos adversos.

Adicionalmente, o estudo de Hallegatte et al. (2013) demonstra como a incorporação de práticas resilientes em projetos de reconstrução pode gerar benefícios econômicos de longo prazo, fortalecendo a infraestrutura contra desastres futuros.

Ainda sobre essa questão, políticas de seguros para empreendimentos, famílias e produtores rurais localizados em áreas de risco, que garantam a reparação de dano se perdas decorrentes dos eventos climáticos extremos são ações não estruturais de preparação importantes para a resiliência das comunidades. Tais políticas tem respaldo em uma série de pesquisas que apontam os seguros como solução para o financiamento das perdas (Kalfin et al, 2022).

2.5 Exemplos Internacionais de Fundos de Reconstrução

A gestão eficiente de fundos públicos voltados à recuperação de desastres naturais requer não apenas a reconstrução das infraestruturas afetadas, mas também ações proativas de preparação e resiliência, além da recuperação econômica e social das áreas impactadas. Diversos exemplos internacionais, como o *Reconstruction Fund* e o *Great Hanshin-Awaji Earthquake Disaster Reconstruction Fund* no Japão, o *Java Reconstruction Fund* e o *Multi-Donor Trust Fund for Aceh and North Sumatra* na Indonésia, e o *Community Development Block Grant – Disaster Recovery (CDBG-DR)* nos Estados Unidos, demonstram a importância de uma abordagem abrangente na gestão de fundos de recuperação (Johnson & Olshansky, 2017).

Com base nesses exemplos, na elaboração do Plano de Investimentos foi considerada a premissa de que o Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) seja utilizado de maneira estratégica, com ênfase não apenas na reconstrução de infraestrutura, mas também na preparação para futuros desastres, no fortalecimento da resiliência das comunidades e na recuperação econômica e social a longo prazo.

No Japão, o *Reconstruction Fund* e o *Great Hanshin-Awaji Earthquake Disaster Reconstruction Fund* foram criados após o terremoto de Hanshin-Awaji, em 1995, com o objetivo de reconstruir a infraestrutura destruída e revitalizar as áreas afetadas. Esses fundos demonstram a importância de incorporar medidas de resiliência climática no processo de reconstrução. Após o desastre, as novas normas de construção implementadas garantiram que as edificações fossem mais seguras e resistentes a futuros terremotos, enquanto melhorias na infraestrutura de transporte e serviços públicos proporcionaram maior capacidade de resposta a novos eventos extremos. Além disso, o fundo contribuiu significativamente

para a recuperação econômica, especialmente na cidade de Kobe, com o restabelecimento rápido do setor portuário e industrial. A experiência japonesa destaca a relevância de alocar recursos não apenas para reconstrução imediata, mas também para ações que promovam a resiliência a longo prazo.

Na Indonésia, o *Java Reconstruction Fund* e o *Multi-Donor Trust Fund for Aceh and North Sumatra* surgiram após desastres devastadores, como o terremoto de Java em 2006 e o tsunami de 2004. Esses fundos foram exemplares na integração de estratégias de mitigação de riscos climáticos e resiliência em seus planos de reconstrução. Além da restauração de habitações e infraestruturas, foram financiadas medidas de proteção ambiental, como a plantação de manguezais para reduzir os riscos de inundações e tsunamis futuros. O envolvimento das comunidades locais no planejamento e execução das ações de reconstrução foi fundamental para garantir que as soluções fossem adaptadas às realidades locais, promovendo não apenas a recuperação econômica, mas também a coesão social e a segurança das populações.

Nos Estados Unidos, o *CDBG-DR* e o *Disaster Relief Fund* são exemplos bem-sucedidos de fundos que vão além da reconstrução de infraestrutura. Esses fundos foram utilizados para financiar projetos de mitigação de riscos, como a elevação de moradias em áreas de risco de inundação e a melhoria de infraestruturas críticas. A flexibilidade do *CDBG-DR* permitiu sua adaptação às necessidades locais, garantindo uma recuperação abrangente que incluiu suporte econômico para pequenas empresas e a criação de empregos temporários em projetos de reconstrução. Além disso, os fundos foram essenciais para fortalecer as capacidades de resposta a desastres, financiando a aquisição de equipamentos de emergência e a criação de sistemas de alerta precoce e protocolos de contingência, o que resultou em uma maior preparação para futuros eventos extremos.

3. O Plano Rio Grande e o FUNRIGS

O Plano Rio Grande é uma iniciativa estratégica estabelecida pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul para enfrentar as consequências sociais, econômicas e ambientais dos eventos climáticos severos ocorridos em 2023 e 2024. Este programa, instituído pela Lei nº 16.134 de 24 de maio de 2024, visa coordenar e executar ações de reconstrução, adaptação e resiliência climática no estado. O plano aborda a reconstrução de infraestruturas essenciais, realocação de populações afetadas, fortalecimento da resiliência climática e promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

GOVERNANÇA DO PLANO RIO GRANDE

Diretrizes de inovação, adaptação e resiliência climática



A Secretaria de Estado da Reconstrução Gaúcha (SERG) foi criada para liderar a execução do Plano Rio Grande. A SERG atua em colaboração com outras secretarias e entidades governamentais, assegurando a integração e eficiência das ações de reconstrução e adaptação. Este órgão é responsável por revisar e aprovar projetos submetidos ao plano, garantindo que estejam alinhados aos objetivos estratégicos estabelecidos.

O presente Plano de Investimentos se baseia em diversos dispositivos legais, normas infralegais e pareceres técnicos que delineiam as diretrizes e mecanismos de financiamento das ações. Entre os principais documentos estão a Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024, o Decreto nº 57.647, de 3 de junho de 2024, além de notas técnicas da Controladoria Geral do Estado, do Tesouro Estadual e da Secretaria do Tesouro Nacional. Estes documentos fornecem o arcabouço legal e operacional necessário para a implementação eficaz das iniciativas de reconstrução e resiliência.

A criação do Fundo do Plano Rio Grande (FUNRIGS) é uma peça central deste esforço, proporcionando os recursos financeiros necessários para a execução dos projetos. Este fundo é constituído por aportes do Tesouro Estadual, emendas parlamentares, doações e outras fontes de financiamento, conforme estabelecido na legislação vigente. A governança do FUNRIGS envolve um comitê gestor e um conselho consultivo, que asseguram a transparência e a boa gestão dos recursos.

O FUNRIGS (criado pelo Decreto 57.647) é um fundo público especial de natureza orçamentária, financeira e contábil, com o objetivo de segregar, centralizar e angariar recursos destinados para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos ocorridos em 2023 e 2024.

Os recursos serão utilizados para planejamento, formulação, coordenação e execução de ações, projetos ou programas voltados para a implantação ou ampliação da resiliência climática e para o enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais decorrentes dos eventos climáticos.

Cabe ressaltar, que boa parte das medidas são direcionadas à proteção da vida, à realocação de populações afetadas pelos eventos climáticos, à preservação dos ativos públicos e privados, à resiliência climática, em especial por meio de infraestrutura e estratégias sociais, econômicas e tecnológicas para eliminação ou mitigação da vulnerabilidade climática.

Em um horizonte de médio a longo prazo, o FUNRIGS tem por objetivo promover o desenvolvimento econômico-sustentável do Estado, por meio de investimentos estratégicos capazes de criar infraestrutura econômica e estimular o desenvolvimento de um ambiente propício ao fortalecimento e à implementação de cadeias produtivas, de forma a incentivar o aumento da produtividade da economia estadual, o desenvolvimento regional, o incentivo à inovação e à sustentabilidade, bem como o equilíbrio das contas para o enfrentamento da tragédia climática.

Desta forma, as principais ações planejadas estarão voltadas para:

- Restabelecimento, recuperação, reconstrução ou construção de alternativas para infraestrutura logística e de mobilidade urbana e rural;
- Infraestrutura dos serviços públicos, em especial dos essenciais à população, como saúde, educação e segurança;
- Condições habitacionais, em especial à população carente diretamente atingida pelos eventos climáticos;
- Realocação de populações afetadas pelos eventos climáticos;
- Resiliência climática, em especial por meio de infraestrutura e estratégias sociais, econômicas e tecnológicas para eliminação ou mitigação da vulnerabilidade climática;
- Assistência às populações afetadas pelos eventos climáticos;
- Promoção do desenvolvimento econômico-sustentável do Estado, por meio de investimentos estratégicos capazes de criar infraestrutura econômica e estimular o desenvolvimento de um ambiente propício ao fortalecimento e à implementação de cadeias produtivas, de forma a incentivar o aumento da produtividade da economia estadual, o desenvolvimento regional, o incentivo à inovação e à sustentabilidade;
- Equilíbrio das contas para enfrentamento à tragédia climática.

O gerenciamento do FUNRIGS é realizado por um Comitê Gestor, composto por representantes de diversas secretarias estaduais, incluindo a Secretaria da Reconstrução Gaúcha, a Casa Civil, a Procuradoria-Geral do Estado, a Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão e a Secretaria da Fazenda. Este comitê é responsável por deliberar sobre a alocação dos recursos e assegurar que os projetos financiados estejam alinhados com os objetivos estratégicos do Plano Rio Grande.

Além do Comitê Gestor, o FUNRIGS conta com um Conselho Consultivo que desempenha um papel crucial na fiscalização e na promoção das boas práticas no uso dos recursos. Este conselho é composto por representantes de universidades, centros tecnológicos, entidades empresariais, sindicatos, entidades ambientais e a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS). A composição diversificada do conselho garante a participação da sociedade civil e a transparência no processo de gestão dos recursos.

O Plano de Investimentos apresentado a seguir visa assegurar a destinação eficaz dos recursos oriundos da postergação da dívida com a União para ações de reconstrução, adaptação e resiliência climática no Estado do Rio Grande do Sul.

Este plano detalha as ações, projetos e programas atualmente contemplados no Plano Rio Grande, assim como os critérios de elegibilidade para recursos do FUNRIGS. Considerando o prazo exíguo para análise de alternativas e formulação de soluções, especial atenção é destinada à governança, monitoramento e prestação de contas, garantindo a transparência e a eficácia na aplicação dos recursos.

3.1 A relevância de uma visão estratégica de médio e longo prazo para o FUNRIGS

Baseando-se em práticas internacionais bem-sucedidas de fundos de recuperação e reconstrução, o Plano almeja não apenas restaurar as condições anteriormente existentes, mas também construir uma resiliência sustentável contra futuros eventos climáticos extremos.

A simples reconstrução de infraestrutura não é suficiente para garantir a recuperação sustentável das áreas afetadas por desastres no Rio Grande do Sul. É necessário que o FUNRIGS invista em ações de preparação e resiliência, que aumentem a capacidade das comunidades de resistirem a futuros eventos climáticos extremos e acelerem a recuperação econômica e social das populações afetadas.

Primeiramente, o FUNRIGS deve priorizar a implementação de medidas de mitigação de riscos e resiliência climática, financiando a construção de infraestruturas que sejam mais seguras e capazes de suportar os impactos de desastres futuros. Isso inclui, por exemplo, a elevação de moradias em áreas suscetíveis a enchentes, o fortalecimento de barreiras de contenção e a criação de rotas de evacuação seguras. Essas medidas não apenas protegem a infraestrutura construída, mas também garantem a segurança das vidas humanas em emergências.

Além disso, a recuperação econômica das áreas afetadas deve ser uma prioridade central do FUNRIGS. Assim como no Japão e nos Estados Unidos, o fundo deve oferecer suporte financeiro direto às empresas locais, incentivando a criação de empregos e a reativação das atividades econômicas nas áreas atingidas. A revitalização econômica não apenas promove o crescimento, mas também contribui para o bem-estar social das comunidades, garantindo que as populações tenham meios de sustento a longo prazo.

Por fim, o fortalecimento das estruturas de resposta a desastres é essencial para garantir que as áreas afetadas estejam preparadas para futuros eventos. O FUNRIGS deve destinar recursos para capacitar as equipes de resposta e para a criação de sistemas de comunicação emergencial e alerta. Isso garantirá que as comunidades estejam mais bem preparadas para agir rapidamente em casos de desastres, reduzindo os impactos em ativos públicos, privados e principalmente preservando vidas.

4 Portfólio de Projetos

Conforme o Caderno de Projetos Estruturantes da Secretaria de Estado da Reconstrução Gaúcha, o portfólio de projetos do Plano Rio Grande está segmentado em três eixos referente à atuação pré-desastre e pós-desastre. Além disso, o Plano de Investimentos contempla também a dimensão de Atuação Emergencial do Estado. A lista de projetos por ora apresentada em cada dimensão não é exaustiva e pode ser complementada à medida que forem sendo propostos e desenvolvidos. Trata-se da

apresentação dos primeiros passos para ampliar a resiliência e a adaptação climática do Rio Grande do Sul.

4.1 Eixo Atuação Emergencial do Estado

Os projetos emergenciais listados indicam medidas de resposta rápida e necessária para situações críticas, além do restabelecimento de primeiro momento. Incluem, por exemplo, a mobilização de recursos para salvamentos e resgates, ações imediatas para limpeza, recuperação de infraestruturas e mobiliários danificados, reposição de itens essenciais como insumos para as unidades de saúde, transferência de pacientes críticos, suprimento de auxílio humanitário e repasses diretos aos municípios em situação de calamidade para Assistência Social e Defesa Civil.

Esses projetos são geralmente caracterizados por urgência na execução, considerando sua necessidade de imediata implementação. Possuem também prioridade alta na alocação de recursos e esforços por parte do Estado, além de foco na estabilização e preservação da vida.

No âmbito do Plano de Investimentos do FUNRIGS, é imprescindível destacar que os valores já executados e pagos pelo Estado, alocados no Eixo de Atuação Emergencial, são fundamentais para a rápida recuperação das áreas afetadas pelos eventos climáticos severos ocorridos em maio de 2024. Esses investimentos emergenciais abrangeram ações imediatas de limpeza, restabelecimento de infraestruturas críticas e prestação de serviços essenciais, indispensáveis para a estabilização das comunidades impactadas. Diante da gravidade da situação e da urgência das ações implementadas, tais valores estão apresentados junto aos demais Projetos, tendo como fonte orçamentária o FUNRIGS, através do aporte de recursos provenientes da suspensão da dívida do Estado. Essa medida é crucial para garantir a continuidade das ações de reconstrução e adaptação climática, assegurando que o Estado possa manter sua capacidade de resposta e apoio às populações afetadas, sem comprometer sua sustentabilidade financeira.

Como parte essencial da estratégia de resposta e rápida destinação de recursos, o Estado empregou sistemas tecnológicos para orientar as ações de forma célere e precisa, simplificando processos e acelerando a chegada de recursos às pontas. O primeiro diagnóstico foi realizado a partir de imagens de satélite de alta resolução, contemplando áreas atingidas por inundação, enxurrada e deslizamentos.



A partir das manchas encontradas foram realizados cruzamentos com as bases e informações disponíveis, como o Censo Demográfico, o Cadastro Único (CadÚnico) e registros administrativos de órgãos do Estado, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança. Dessa maneira, o Estado foi capaz de detectar as áreas atingidas, além de realizar recortes específicos da população afetada, com a identificação das famílias mais vulneráveis. Esse mapeamento foi empregado, por exemplo, na destinação dos recursos do programa Volta por Cima e dos valores arrecadados por meio da campanha SOS Rio Grande do Sul.

A Atuação Emergencial do Estado perfaz o valor aproximado de R\$ 700.000.000, já em grande parte liquidado. A disponibilidade imediata desse montante demonstrou-se fundamental para estabilizar as comunidades impactadas e evitar maiores danos socioeconômicos. A composição destes valores, como parte das ações a serem custeadas com valores provenientes da postergação de que trata a LC 206/24, é vital para manter a capacidade de resposta do Estado e assegurar a continuidade das ações de reconstrução e adaptação climática.

4.2 Eixo Resiliência

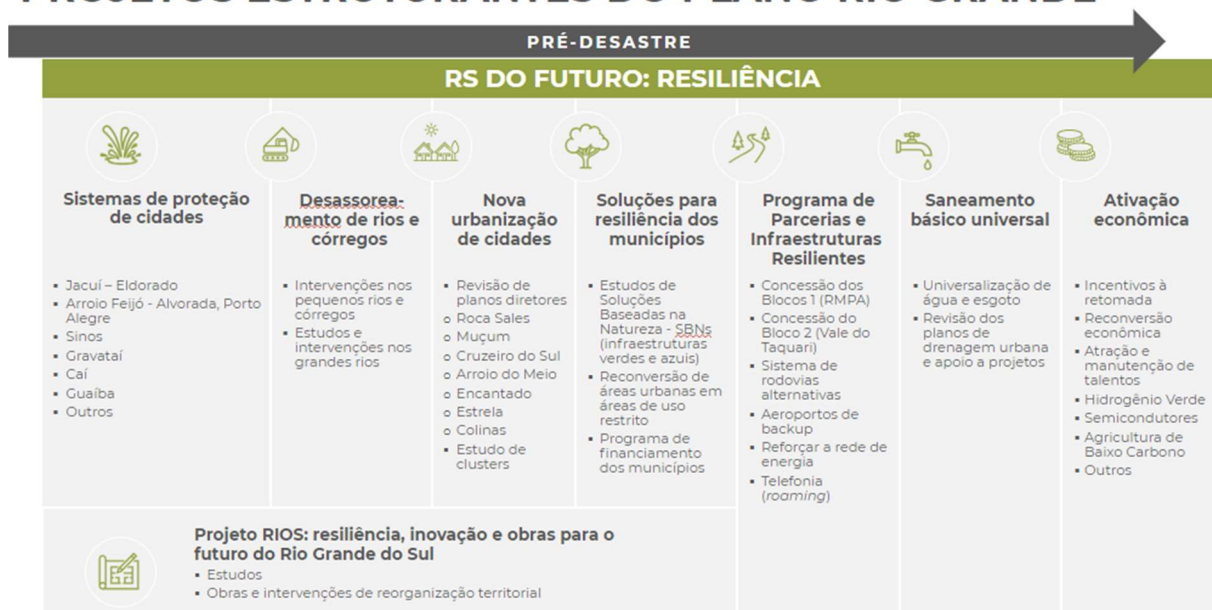
Para fins de aumentar a resiliência das cidades gaúchas propõe-se medidas de reforços ou construções de obras de proteção das cidades, algumas em estágios mais avançados, outras necessitando ainda estudos iniciais; desassoreamento dos rios; parceiras para infraestruturas resistentes aos impactos climáticos, desde concessões de rodovias até reforço dos sistemas logísticos (sistemas de rodovias alternativas e aeroportos de backup), reforço de rede de energia e serviço roaming de telefonia – com destaque ao saneamento básico, sobretudo pela universalização de água e esgoto e pela revisão dos planos de drenagem.

Parte importante desse plano passa por um planejamento territorial integrado a partir das bacias hidrográficas, que considera tanto projetos estruturantes como não estruturantes, chamado de RIOS – Resiliência, Inovação e Obras para o futuro do Rio Grande do Sul. Entre as medidas não estruturantes, tem-se as soluções baseadas na natureza e reconversão de áreas urbanas em áreas de uso restrito.

Sobre o desassoreamento de rios, como um projeto que representa grande volume em recursos, cabe mencionar o Projeto de Lei (PL) 2054/2024, apresentado em 24/05/2024 na Câmara dos Deputados, que visa instituir o “Programa de Recuperação e Preservação dos Rios do Rio Grande do Sul (ProReP-RS)”, destinado à revitalização, desassoreamento e recuperação dos rios afetados pelas enchentes ocorridas entre abril e maio de 2024. O projeto aguarda despacho pelo Presidente da Câmara dos Deputados. A proposta prevê incentivos fiscais e creditícios ao ProReP-RS, através do FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente, à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Infraestrutura do Estado do Rio Grande do Sul; isenção do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) para a área do imóvel rural equivalente ao quádruplo da área sob processo de reposição florestal ou desassoreamento; e a possibilidade de dedução do Imposto de Renda, no mesmo período-base, do valor correspondente ao montante dos gastos realizados com os processos de revitalização e desassoreamento dos rios. Entende-se como importante a aprovação do Projeto e posterior sanção da Lei, que assegura aporte de recursos especificamente destinados ao processo de desassoreamento, visando melhorar a resiliência do estado frente a eventos climáticos extremos.

Por fim, mas igualmente importante, para a resiliência do Estado é necessária a ativação econômica, com incentivos à retomada das atividades, à atração e manutenção de talentos, a necessária reconversão econômica, com destaque ao hidrogênio verde e a agricultura de baixo carbono, entre outros.

PROJETOS ESTRUTURANTES DO PLANO RIO GRANDE



4.3 Eixo Preparação

Com o objetivo de aumentar a resiliência das cidades gaúchas propõe-se medidas de preparação para os desastres, que passam pelo mapeamento topográfico do Rio Grande do Sul, por sistemas de alerta e monitoramento mais avançados, que precisam de novas estruturas, como radares, mas também de recuperação e ampliação de estações hidrometeorologias, novos softwares etc.

Além disso, para responder prontamente quando eventos climáticos adversos acontecem, é preciso fortalecer as forças de segurança, por meio de equipamentos, tecnologias e atenção às unidades regionais. Para que todos estejam preparados para dar a resposta mais adequada, é necessário que se crie uma cultura de prevenção e orientação em situações de risco, que engloba desde protocolos e planos de contingência, ações de educação e capacitação. Por fim, para que as atividades estejam protegidas, é importante que haja seguros para os empreendimentos em áreas de risco.

PROJETOS ESTRUTURANTES DO PLANO RIO GRANDE

PRÉ-DESASTRE

RS DO FUTURO: PREPARAÇÃO

 Mapeamento topográfico do estado <ul style="list-style-type: none">• Emprego de tecnologias eficientes e de maior precisãoo Áreas de risco hidrológicos e geológicoso Cota de inundaçãoo Batimetria	 Sistemas de monitoramento mais avançados <ul style="list-style-type: none">• Novos radares• Recuperação, manutenção e ampliação da rede de estações hidrometeorológicas• Modelagem hidrodinâmica• Plataformas de integração e análise de dados	 Reforço das estruturas da Defesa Civil e das forças de resposta <ul style="list-style-type: none">• Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres (CEGIRD)• Fortalecimento das unidades regionais e implantação de novas• Novos equipamentos e tecnologias nas vinculadas da SSP	 Cultura de prevenção e orientação em situações de risco <ul style="list-style-type: none">• Planos e protocolos de contingência do estado e dos municípios• Educação e capacitação• Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIAC)	 Seguros para empreendimentos em áreas de risco <ul style="list-style-type: none">• Identificar seguros• Identificar formas de contratação
--	---	--	--	--

4.4 Integração entre os eixos de Preparação e Resiliência

A integração dos projetos de preparação e resiliência no âmbito do Plano Rio Grande foi traçada para garantir que as comunidades afetadas por desastres naturais possam não apenas se recuperar das perdas sofridas, mas também fortalecer suas capacidades de resposta e adaptação a eventos futuros.

Esses projetos devem envolver a criação de infraestruturas mais resistentes, a adoção de novas tecnologias e a capacitação de agentes locais para agir de forma coordenada e eficaz em emergências. Tais ações permitem que as regiões vulneráveis estejam mais bem equipadas para enfrentar desafios climáticos e minimizar os impactos em termos de vidas humanas e danos econômicos.

Além disso, os projetos de preparação e resiliência integram-se com iniciativas de revitalização econômica e social, garantindo que os investimentos não se limitem à reconstrução física, mas também fomentem a recuperação sustentável. Ao fortalecer as economias locais e melhorar a infraestrutura social, como saúde e educação, o Plano Rio Grande contribui para o desenvolvimento de comunidades mais autossuficientes e menos dependentes de respostas emergenciais. A integração entre prevenção, recuperação e resiliência permite uma abordagem abrangente e coordenada que promove a segurança e o bem-estar a longo prazo.

Dessa forma, o Plano Rio Grande não apenas enfrenta as consequências dos desastres já ocorridos, mas também cria as bases para um modelo de desenvolvimento sustentável, onde a mitigação de riscos e a adaptação a novas realidades climáticas estão no centro das políticas públicas. O fortalecimento das capacidades locais e regionais, aliado à modernização das infraestruturas, garante um estado mais preparado e resiliente frente aos desafios do futuro.



4.5 Eixo Reconstrução

Segundo os dados do Mapa Único do Plano Rio Grande (MUPRS)⁵, 417.291 ou 6,8% dos endereços foram diretamente atingidos por inundações, enxurradas e deslizamentos até 12 de junho de 2024. Em termos de população, foram 6,9% ou 751.030 pessoas, das quais pelo menos 299.156 estavam no Cadastro Único (8,5% do total do cadastro). Isto é, 40% da população diretamente atingida já apresentava algum tipo de vulnerabilidade antes do desastre. Ao todo, 5% da área do Rio Grande do Sul foi diretamente atingida.

Proporcionalmente, os municípios mais atingidos foram Eldorado do Sul, Muçum, Igrejinha, Canoas, Colinas, Roca Sales, Marques de Souza, São Sebastião do Caí, São Leopoldo e Travesseiro – todos com mais de 40% da população atingida. Em termos absolutos, Canoas teve 152.852 pessoas atingidas, Porto Alegre teve 121.925, São Leopoldo, 88.608 e Rio Grande, 67.955. Eldorado do Sul, Guaíba e Novo Hamburgo tiveram entre 30 e 20 mil atingidos.

Além disso, 6% dos equipamentos de educação estão na mancha de inundação, considerando escolas municipais, estaduais, federais, privadas e instituições de ensino superior. Atualmente, o Mapa do Retorno da Secretaria da Educação informa que 99,1% das escolas estaduais estão em funcionamento, sendo 94,6% dos estudantes dessa rede engajados em atividades presenciais.

No caso da saúde, 5,8% dos hospitais, unidades básicas de saúde (UBS) e unidades de pronto atendimento (UPA) estão em área diretamente atingida. Considerando bibliotecas públicas e museus, 8,1% desses equipamentos do Rio Grande do Sul foram atingidos. Centros de Referências da Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), Centro Pop e Centro Dia tiveram 7% desses equipamentos afetados. No caso da segurança pública, 5%.

⁵ Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoieYWNhZDg0MDgtNWl5Ni00NjU3LTgyNDctYjgyOTE5MDFiMWM0liwidCI6IjE1ZGNKOTA5LThkYzAtNDBIOS1hMWU1LWNiY2IwNTNjZGQxYSJ9>. Acesso em: 25 jun 2024

Para prover solução à infraestrutura estadual destruída, assim como a recuperação de médio prazo das famílias afetadas pelo desastre, a dimensão de reconstrução foca em escolas, pontes, rodovias, prédios públicos e habitação.



4.6 Critérios Objetivos para Inclusão

A admissibilidade das iniciativas no Plano Rio Grande passa por análise da SERG e por validação do Comitê Gestor. As propostas submetidas necessariamente deverão conter:

- Definição dos objetivos e escopo do projeto (i.e., justificativa para realização com visão sobre contexto, abordagem e diferencial da solução apresentada)
- Confirmação de que o projeto / iniciativa se adequa ao Plano Rio Grande, tendo foco na reconstrução do RS após as enchentes de maio de 2024, incluindo medidas de adaptação climática do Estado
- Definição de métricas de sucesso e estimativa de resultados esperados com o projeto proposto em termos socioeconômicos
- Estimativa de recursos (financeiros, humanos) e tipo de apoio governamental necessários para viabilização do projeto
- Estimativa de plano alto-nível de implementação, incluindo datas estimadas para seu início e conclusão
- Definição de agentes responsáveis pela estruturação, execução e acompanhamento do projeto / iniciativa
- Para projetos a serem considerados para financiamento do FUNRIGS: Parecer jurídico, elaborado pela procuradoria setorial junto à Secretaria Finalística, indicando a aderência da demanda ou projeto ao Plano Rio Grande e o enquadramento do financiamento ao FUNRIGS

4.7 Fluxo de Análise e Validação

O processo para submissão e priorização de projetos potencialmente financiados pelo FUNRIGS segue cinco etapas principais. Primeiramente, as secretarias finalísticas interessadas coletam informações essenciais para a submissão dos projetos, preenchendo um formulário padrão. Essas secretarias devem

garantir que o projeto se adeque ao Plano Rio Grande e que todas as informações necessárias estejam completas antes de prosseguir. Em seguida, a Secretaria de Reconstrução Gaúcha (SERG) revisa as informações do projeto para verificar a completude e a necessidade de ajustes. Se necessário, o projeto pode ser submetido ao Comitê Científico para avaliação dos impactos e viabilidade.

Na terceira etapa, sendo necessário, os projetos selecionados são avaliados tecnicamente pelo Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, que analisa detalhadamente a pertinência das medidas propostas, os custos e o cronograma de realização. Após essa revisão técnica, os projetos validados pela SERG e pelo Comitê Científico são apresentados ao Comitê Gestor do Plano Rio Grande, que é responsável por validar os projetos para incorporação ao Plano Rio Grande e deliberar sobre a necessidade de encaminhamento ao Comitê do FUNRIGS.

Finalmente, após a validação dos projetos priorizados pelo Comitê Gestor, é realizada a alocação das verbas do FUNRIGS. O Comitê Gestor do FUNRIGS valida a alocação de recursos e encaminha os projetos aprovados à SERG para registro e início da execução.

Esse processo garante que os projetos sejam rigorosamente avaliados, priorizados e executados de forma eficiente e transparente, assegurando o melhor uso dos recursos disponíveis.

Processo de 5 etapas para submissão e priorização de projetos potencialmente incorporados ao Plano Rio Grande



5. Plano de Investimento

O Plano de Investimento, em cumprimento à LC 206/2024 é diretamente alinhado aos eixos estruturantes do Plano Rio Grande, de modo a prover viabilidade dos objetivos estratégicos. Em cumprimento ao Art. 8º do Decreto 12.118/2024, os projetos e ações estão agrupados por quadrimestre no Anexo I do presente documento.

É importante esclarecer que os valores alocados no plano de investimento possuem flexibilidade para serem ajustados entre diferentes ações, desde que essas ações pertençam ao mesmo eixo estratégico.

Essa permuta entre os valores permite uma adaptação dinâmica às necessidades e prioridades emergentes dentro do eixo, garantindo a otimização dos recursos e a eficácia na implementação das iniciativas. No entanto, é fundamental que qualquer troca de valores seja justificada dentro da governança interna, representada pelo Comitê Gestor do Plano Rio Grande, bem como o Conselho Consultivo do FUNRIGS de forma a assegurar a coerência e a continuidade dos objetivos, para garantir que os ajustes estejam alinhados com a estratégia geral do plano.

5.1 Valores da Postergação da Dívida

Conforme cálculo realizado pelo Tesouro Estadual, na data de 03 de julho de 2024, os valores projetados correspondentes à postergação da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União perfaz o valor de R\$ 13.997.905.925,52, como demonstrado na tabela abaixo. Para apresentação do Plano de Investimentos, os valores foram considerados agrupados por quadrimestre.

A seguir apresentaremos o Plano de Investimentos, agregado em quadrimestres, para cada ano da vigência da postergação da dívida (2024 a 2027).

Data	Valor não pago Calamidade	Competência FUNRIGS	Valor Competência
01/05/2024		2024	1.986.015.849,14
30/05/2024	79.658.160,68		
01/06/2024	202.683.119,13		
30/06/2024	80.161.568,22		
01/07/2024	170.260.245,32		
30/07/2024	80.497.040,11		
01/08/2024	172.146.026,54		
30/08/2024	80.828.894,11		
01/09/2024	174.744.399,14		
30/09/2024	81.290.161,17		
01/10/2024	215.479.145,65		
30/10/2024	81.675.824,85		
01/11/2024	182.396.151,78		
30/11/2024	82.105.912,00		
01/12/2024	219.593.754,63		
30/12/2024	82.495.445,83		
01/01/2025	187.834.408,09	2025	4.246.736.639,50
30/01/2025	124.225.783,50		
01/02/2025	198.095.017,89		
28/02/2025	124.804.462,80		
01/03/2025	200.444.054,92		
30/03/2025	125.329.860,06		
01/04/2025	258.517.623,53		
30/04/2025	125.916.006,50		
01/05/2025	207.824.740,59		
30/05/2025	126.443.749,29		
01/06/2025	259.544.797,07		
30/06/2025	127.035.105,20		

Valor total projetado para o ano de 2024 R\$ 1,986 bi em recursos da dívida

EMERGENCIAL	RESILIÊNCIA	PREPARAÇÃO	RECONSTRUÇÃO
<p>Reclassificação das despesas liberadas a partir de 06 de maio de 2024 e empenhadas até data limite de 01/09</p> <p>Valor estimado: R\$ 772 milhões</p>	<p>R\$ 870 Mi</p> <p>Principais órgãos: SEDEC, Metroplan, SEDUR, SEMA, SEAPI e DAER</p> <p>Principais ações: Desassoreamento, políticas sociais, apoio a setores produtivos e municípios</p>	<p>R\$ -</p> <p>Principais órgãos: Defesa Civil, SEMA, SSP</p> <p>Principais ações: Fortalecimento das estruturas de resposta</p>	<p>R\$ 330 Mi</p> <p>Principais órgãos: SEDUC, SOP, SELT, DAER, SEHAB</p> <p>Principais ações: Recuperação de infraestrutura estadual e políticas habitacionais</p>

Plano de Investimentos - Valores Totais por Eixo para 2024

Eixo Atuação Emergencial

Valor para 2024: R\$ 772 milhões

Em 2024, o foco principal foi a implementação imediata de medidas emergenciais para restabelecer a normalidade nas áreas afetadas pelos desastres climáticos. Foram mobilizados recursos para operações de resgate, limpeza de áreas impactadas e recuperação das infraestruturas críticas, como estradas e pontes.

Neste grupo de medidas estão os valores referentes ao incremento de recursos humanos, através da contratação emergência de efetivo em caráter temporário para atuação na Brigada Militar e no Corpo de Bombeiros Militar. As ações também incluem o atendimento às necessidades básicas das populações afetadas, com ênfase na saúde, educação e segurança pública. A agilidade nas primeiras respostas é essencial para mitigar os danos e evitar um agravamento da situação humanitária.

São exemplos dos instrumentos utilizados: o repasse às defesas civis municipais, Programa Volta Por Cima, aluguel social, auxílio para qualificação de abrigos, recuperação de prédios públicos e mobiliário, retomada das aulas na rede estadual de ensino, horas-máquina para desobstrução de vias, habitações temporárias e conserva de rodovias interrompidas.

Eixo Resiliência

Valor para 2024: R\$ 870 milhões

Neste eixo, em 2024, serão iniciados os estudos e os primeiros projetos de infraestrutura de proteção e reforço da resiliência climática. As cidades mais vulneráveis terão prioridade na execução de obras e outras soluções necessárias, apresentadas através de Chamamento Público para os Municípios (Edital SERG 01-2024).

Além disso, o desassoreamento de rios e córregos será uma ação prioritária, buscando prevenir enchentes e melhorar a capacidade de escoamento das águas, fundamental para a segurança das cidades mais vulneráveis.

O plano também inclui iniciativas voltadas à retenção de capital humano qualificado, incentivando atividades econômicas intensivas em conhecimento para reativar a economia local e evitar a migração de talentos. Em complemento, o fomento econômico será realizado por meio de subvenções para os setores atingidos, oferecendo linhas de crédito para investimento e capital de giro, permitindo a recuperação de empresas e a retomada das atividades produtivas.

As políticas sociais são outro foco do plano, com ações de assistência social, cultura, esporte e emprego nas áreas afetadas pelos desastres, visando conter o aprofundamento da vulnerabilidade nas comunidades mais atingidas. Esses programas atuarão para garantir a prestação de serviços essenciais e a recuperação da qualidade de vida da população. Paralelamente, haverá um esforço coordenado para apoiar o setor primário, com políticas específicas para a recuperação da agricultura, pecuária, silvicultura e pesca, essenciais para a reativação econômica das regiões rurais.

Essas iniciativas buscam não apenas reconstruir as áreas impactadas, mas também promover um desenvolvimento econômico e social resiliente e sustentável. O sucesso do Plano de Investimentos dependerá de uma atuação integrada entre os órgãos responsáveis e da flexibilidade na alocação de recursos, para que as ações sejam ajustadas conforme as necessidades emergentes ao longo da implementação.

RESILIÊNCIA PORTFÓLIO DE PROJETOS 2024 (em mil reais)			
AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	Valor
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos municípios em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público ou outros instrumentos	SEDUR, SEMA, SEAPI, OUTROS	150.000
Desassoreamento de rios	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	SEDUR	150.000
Programa de Parcerias Público-Privadas Resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	SELT	-
Ativação econômica	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	SICT	-
Subvenção econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	SEDEC, BADESUL, BRDE, BANRISUL	270.000
Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	STDP, SEDES, SEL, SEDAC, SJCDH	100.000
Recuperação no Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros.	SEAPI, SDR, EMATER	200.000

Eixo Preparação

No eixo de preparação, as ações de 2024 incluirão a etapa de planejamento e aquisição dos sistemas de alerta e monitoramento de desastres naturais. Estas ações compõem uma agenda extremamente estratégica para a preservação de vidas e de ativos públicos e privados por ocasião de novos eventos climáticos.

A instalação de novos radares meteorológicos, a ampliação das estações hidrometeorológicas e a capacitação das equipes de defesa civil serão os focos principais, garantindo maior rapidez na resposta a futuros eventos extremos. A educação e capacitação da população para agir em situações de risco também fazem parte do planejamento.

Na emissão do presente plano, os sistemas de monitoramento e os serviços de mapeamento topográfico e batimétrico estão sendo avaliados pelo Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, de modo a qualificar o escopo técnico e identificar a melhor alternativa disponível dentro do cenário viável. Desta forma, para 2024 não há previsão de execução orçamentária neste Eixo, a partir dos recursos oriundos da dívida.

PREPARAÇÃO PORTFÓLIO DE PROJETOS 2024 (em mil reais)			
AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	Valor
Mapeamento do estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico	SEMA	-
	Cota de inundação, estudo batimétrico	SEMA	-
	Maior possibilidade em deslizamentos	Defesa Civil	-
Sistemas de monitoramento mais avançados	Novos radares meteorológicos	Defesa Civil	-
	Novas estações hidrometeorológicas	Defesa Civil	-
	Modelagem hidrodinâmica	Defesa Civil	-
	Novos softwares com cruzamento de informações	SEMA	-
	Nova sala de controle	SEMA	-
Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Central de Comando e Controle	Defesa Civil	-
	Novas unidades reforçadas nas regiões	Defesa Civil	-
	Estruturação de Projeto Centro Integrado	Defesa Civil	-
	Novos equipamentos (Unidades móveis)	Defesa Civil	-
Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Novos equipamentos (incluindo aeronaves)	SSP	-
	Educação e capacitação	Defesa Civil	-
	Planos de Contingência	Defesa Civil	-
Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIAC)	SICT	-
	Rodoviária de Porto Alegre	DAER	-
	Aeroportos de backup	SELT	-
	Sistema de rodovias alternativas	SELT	-

Eixo Reconstrução

Valor para 2024: R\$ 330 milhões

O Plano de Investimentos foca na reconstrução de infraestrutura essencial no Rio Grande do Sul, incluindo escolas, pontes, prédios públicos e rodovias, fortemente impactados por enchentes. A reconstrução de escolas será realizada com estruturas resilientes, além de contar com um aporte em Parcerias Público-Privadas (PPPs) para instituições de ensino afetadas. A reconstrução de oito pontes danificadas e a recuperação de 949 quilômetros de rodovias também são parte da execução planejada para 2024. Além disso, edifícios públicos de diversas pastas serão reformados, totalizando R\$ 40.000 sob a coordenação da SOP e outras secretarias.

No setor habitacional, o programa "A Casa é Sua" será a base das ações de reconstrução, com um enfoque específico em casas definitivas, em métodos construtivos rápidos do tipo off site, além de subsídio para o financiamento através do programa Porta de Entrada, que constitui um auxílio para o acesso a programas como o Minha Casa Minha Vida.

Essas iniciativas visam a rápida recuperação e o fortalecimento da infraestrutura estadual, garantindo que as comunidades impactadas possam se reerguer e retomar suas atividades de forma segura e sustentável.

RECONSTRUÇÃO | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2024 (em mil reais)

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Reconstrução de ESCOLAS	Reconstrução de Escolas com estrutura resiliente	SEDUC + SOP	30.000
	Aporte em PPP Educacional para escolas atingidas	SEDUC	30.000
Reconstrução de PONTES	Reconstrução de 8 pontes danificadas em todo o Estado	DAER	30.000
Reconstrução de PRÉDIOS PÚBLICOS	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	SOP	40.000
		SPGG	
		SSPS	
		SEFAZ	
		SEDAC	
SEMA			
Reconstrução de RODOVIAS	949 quilômetros em pavimentação destruída, em recomposição asfáltica e contenção para liberação da via	DAER	100.000
Reconstrução de HABITAÇÕES	A Casa é Sua – Calamidades	SEHAB	50.000
	A Casa é Sua – Porta de Entrada	SEHAB	50.000

**Valor total projetado para o ano de 2025:
R\$ 4,246 bilhões**

EMERGENCIAL	RESILIÊNCIA	PREPARAÇÃO	RECONSTRUÇÃO
<p>Força de trabalho temporária</p> <p>Valor estimado: R\$ 300 milhões</p>	<p>R\$ 1,42 Bi</p> <p>Principais órgãos: SEDES, SEDEC, Metroplan, SEDUR, SEMA, SEAPI e DAER</p> <p>Principais ações: Desassoreamento, políticas sociais, apoio a setores produtivos e municípios</p>	<p>R\$ 1,41 Bi</p> <p>Principais órgãos: Defesa Civil, SEMA, SSP</p> <p>Principais ações: Fortalecimento das estruturas de resposta</p>	<p>R\$ 1,064 Bi</p> <p>Principais órgãos: SEDUC, SOP, SELT, DAER, SEHAB</p> <p>Principais ações: Recuperação de infraestrutura estadual e políticas habitacionais</p>

Eixo Emergencial

Valor para 2025: R\$ 300 milhões

Neste grupo de medidas estão os valores referentes ao incremento de recursos humanos, através da contratação emergência de efetivo em caráter temporário para atuação na Brigada Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

Eixo Resiliência

Valor para 2025: R\$ 1,42 bilhões

No ano de 2025, além da continuidade das ações de fomento à atividade econômica e do apoio aos municípios em financiamento de soluções para reconstrução e resiliência, o Plano Rio Grande prevê um avanço nas políticas sociais.

Conforme identificado na bibliografia, uma parcela da população que já se encontra em condição de vulnerabilidade, possui maior dificuldade na superação da condição de pobreza extrema após a

ocorrência de desastres e eventos climáticos extremos. Por isso, a continuidade de programas de apoio à população atingida, focalizada na faixa de renda inscrita no CadÚnico é essencial para a sustentação de condições básicas e superação da pobreza agravada pelos eventos de 2023 e 2024.

RESILIÊNCIA PORTFÓLIO DE PROJETOS 2025 (em mil reais)			
AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	Valor
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos município em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público ou outros instrumentos	SEDUR, SEMA, SEAPI, OUTROS	300.000
Desassoreamento de rios	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	SEDUR	90.000
Programa de Parcerias Público-Privadas Resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	SELT	
Ativação econômica	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	SICT	70.000
Subvenção econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	SEDEC, BADESUL, BRDE, BANRISUL	300.000
Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	STDP, SEDES, SEL, SEDAC, SJCDH	460.000
Recuperação no Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros.	SEAPI, SDR, EMATER	200.000

Eixo Preparação

Valor para 2025: R\$ 1,413 bilhões

Em 2025, o Eixo de Preparação se constitui como um avanço histórico para o Estado do Rio Grande do Sul. O Plano de Investimentos contempla ações estratégicas voltadas à modernização da infraestrutura de monitoramento e resposta a desastres naturais no estado. Uma das principais iniciativas envolve o mapeamento topográfico e batimétrico, utilizando tecnologia laser para identificar áreas de risco, especialmente aquelas sujeitas a inundações e deslizamentos. Esse levantamento é essencial para orientar políticas públicas de prevenção, além de fornecer dados precisos para o desenvolvimento de medidas corretivas nas áreas mais vulneráveis. A modelagem hidrodinâmica, em conjunto com novos softwares de cruzamento de informações, será utilizada para aprimorar o controle e a gestão de riscos ambientais.

Outro eixo fundamental do plano é o fortalecimento dos sistemas de monitoramento climático, com a instalação de novos radares meteorológicos e estações hidrometeorológicas, que proporcionarão um acompanhamento mais preciso e em tempo real das condições climáticas no estado. Esses avanços tecnológicos permitirão uma resposta mais ágil e eficaz diante de eventos extremos, integrando informações em uma nova sala de controle e comando. Além disso, serão reforçadas as estruturas de resposta rápida das forças de segurança, com novos equipamentos e unidades móveis para atuação emergencial, inclusive em áreas remotas.

A cultura de prevenção e a capacitação da população para situações de risco também são aspectos prioritários do plano. Programas de educação e treinamento serão implementados para preparar os cidadãos e as equipes de resposta para agir de forma coordenada e eficiente durante desastres. Complementando as iniciativas de monitoramento e resposta, o plano prevê a criação de um Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos, que terá um papel central na pesquisa e no desenvolvimento de soluções inovadoras para o enfrentamento de mudanças climáticas.

PREPARAÇÃO | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2025 (em mil reais)

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	Valor
Mapeamento do estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico	SEMA	80.100
	Cota de inundação, estudo batimétrico	SEMA	
	Maior possibilidade em deslizamentos	Defesa Civil	
Sistemas de monitoramento mais avançados	Novos radares meteorológicos	Defesa Civil	217.800
	Novas estações hidrometeorológicas	Defesa Civil	
	Modelagem hidrodinâmica	Defesa Civil	
	Novos softwares com cruzamento de informações	SEMA	
Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Nova sala de controle	SEMA	1.023.500
	Central de Comando e Controle	Defesa Civil	
	Novas unidades reforçadas nas regiões	Defesa Civil	
	Estruturação de Projeto Centro Integrado	Defesa Civil	
	Novos equipamentos (Unidades móveis)	Defesa Civil	
Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Novos equipamentos (incluindo aeronaves)	SSP	42.000
	Educação e capacitação	Defesa Civil	
	Planos de Contingência	Defesa Civil	
Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIAC)	SICT	50.000
	Rodoviária de Porto Alegre	DAER	
	Aeroportos de backup	SELT	
	Sistema de rodovias alternativas	SELT	

Eixo Reconstrução

Valor para 2025: R\$ 1,064 bilhões

Para o ano de 2025 estão previstas a continuidade das ações de reconstrução iniciadas em 2024 além de um incremento substancial na recomposição da malha rodoviária do Estado, severamente atingida.

RECONSTRUÇÃO | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2025

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	Valor
Reconstrução de ESCOLAS	Reconstrução de Escolas com estrutura resiliente	SEDUC + SOP	200.000
	Aporte em PPP Educacional para escolas atingidas	SEDUC	
Reconstrução de PONTES	Reconstrução de 8 pontes danificadas em todo o Estado	DAER	14.000
Reconstrução de PRÉDIOS PÚBLICOS	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	SOP	80.000
		SPGG	
		SSPS	
		SEFAZ	
		SEDAC	
Reconstrução de RODOVIAS	949 quilômetros em pavimentação destruída, em recomposição asfáltica e contenção para liberação da via	DAER	580.000
	Reconstrução de HABITAÇÕES	A Casa é Sua – Calamidades	SEHAB
A Casa é Sua – Porta de Entrada		SEHAB	

Valor total projetado para o ano de 2026: R\$ 5,389 bilhões

EMERGENCIAL	RESILIÊNCIA	PREPARAÇÃO	RECONSTRUÇÃO
Força de trabalho temporária Valor estimado: R\$ 230 milhões	R\$ 3,37 Bi Principais órgãos: SEDEC, Metróplan, SEMA e DAER Principais ações: Apoio a empresas e municípios	R\$ 400 Mi Principais órgãos: Defesa Civil, SEMA, SSP Principais ações: Fortalecimento das estruturas de resposta	R\$ 1,28 Bi Principais órgãos: SEDUC, SOP, SELT, DAER, SEHAB Principais ações: Recuperação de infraestrutura estadual e políticas habitacionais

Eixo Emergencial

Valor para 2026: R\$ 230 milhões

Neste grupo de medidas estão os valores referentes ao incremento de recursos humanos, através da contratação emergência de efetivo em caráter temporário para atuação na Brigada Militar e no Corpo de Bombeiros Militar. A contratação destes profissionais será suportada orçamentariamente até o mês de setembro de 2026, perfazendo o total de 24 meses de contrato com fontes de recursos provenientes da postergação da dívida.

Eixo Resiliência

Valor para 2026: R\$ 3,37 bilhões

Para o ano de 2026, estão previstas a consolidação das ações de resiliência através de apoio no financiamento de soluções dos municípios, além da continuidade de ações de ativação econômica e retenção do capital humano.

Neste ano, de forma estratégica para reconversão econômica necessária para a sustentação de uma matriz produtiva ajustada à realidade climática, está projetado um incremento em suporte aos setores produtivos fundamentais para a resiliência através de instrumentos de fomento, como financiamento e subvenções de capital voltados à remoção de famílias e de estruturas produtivas de áreas de riscos, conforme expresso na Exposição de Motivos N° 49 de 13 de maio de 2024 emitida pelo Ministério da Fazenda.

Além disso, está sendo proposto um aporte público em projetos de Parcerias Público Privadas, especificamente na área de rodovias. Trata-se especificamente dos Blocos 1 e 2, que compreendem a Região Metropolitana de Porto Alegre e a Região do Vale do Taquari, fortemente atingidas por sucessivos eventos extremos em 2023 e 2024 e sendo considerados como regiões que dependem de uma estrutura com alta disponibilidade, além de backups para rotas de remoção de pessoas, escoamento de suprimentos e produções.

RESILIÊNCIA | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2026 (em mil reais)

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos municípios em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público	SEDUR, SEMA, OUTROS	600.000
Desassoreamento de rios	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	SEDUR	-
Programa de Parcerias Público-Privadas Resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	SELT	1.000.000
Ativação econômica	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	SICT	150.000
Subvenção econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	SEDEC, BADESUL, BRDE, BANRISUL	1.000.000
Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	STDP, SEDES, SEL, SEDAC, SJCDH	420.000
Recuperação no Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros.	SEAPI, SDR, EMATER	200.000

Eixo Preparação

Valor para 2026: R\$ 400 mil

Para o ano de 2026, estão sendo considerados a conclusão de implementação dos sistemas de monitoramento, bem como o reforço das estruturas de resposta e forças de segurança.

Estas ações compreendem a Nova Sala de Controle, bem como os sistemas integrados que darão pleno acesso à população e aos demais gestores públicos dos dados obtidos a partir dos radares, estações e modelagem anteriormente implantados.

As novas unidades regionais da Defesa Civil também terão sua instalação concluída neste ano. Trata-se, portanto, da consolidação da estratégia de proteção e defesa civil através das diferentes frentes que compõem o Sistema Estadual em elaboração na presente data.

PREPARAÇÃO | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2026 (em mil reais)

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Mapeamento do estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico	Defesa Civil	
	Cota de inundação, estudo batimétrico	SEMA	
	Maior possibilidade em deslizamentos	Defesa Civil	
	Novos radares meteorológicos	Defesa Civil	
Sistemas de monitoramento mais avançados	Novas estações hidrometeorológicas	Defesa Civil	
	Modelagem hidrodinâmica	Defesa Civil	100.000
	Novos softwares com cruzamento de informações	SEMA	
	Nova sala de controle	SEMA	
Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Central de Comando e Controle	Defesa Civil	
	Novas unidades reforçadas nas regiões	Defesa Civil	
	Estruturação de Projeto Centro Integrado	Defesa Civil	300.000
	Novos equipamentos (Unidades móveis)	Defesa Civil	
Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Novos equipamentos (incluindo aeronaves)	SSP	
	Educação e capacitação	Defesa Civil	
	Planos de Contingência	Defesa Civil	
	Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIAC)	SICT	
Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Aeroportos de backup	SELT	
	Sistema de rodovias alternativas	SELT	

Eixo Reconstrução:

Valor para 2026: R\$ 1,28 bilhões

Para o ano de 2026 estão previstas a continuidade das ações de reconstrução iniciadas em 2024.

Além das ações iniciadas, está previsto um incremento em obras públicas que deverão ter sua execução alavancada por instrumentos que estão em elaboração pelas equipes técnicas das secretarias finalísticas com apoio da Secretaria da Reconstrução Gaúcha, como Atas de Registro de Preço, Credenciamentos e Contratação de Temporários que darão condições de maior efetividade em serviços técnicos de arquitetura, engenharia e execução de obras.

RECONSTRUÇÃO PORTFÓLIO DE PROJETOS 2026			
AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Reconstrução de ESCOLAS	Reconstrução de Escolas com estrutura resiliente	SEDUC + SOP	200.000
	Aporte em PPP Educacional para escolas atingidas	SEDUC	
Reconstrução de PONTES	Reconstrução de 8 pontes danificadas em todo o Estado	DAER	-
Reconstrução de PRÉDIOS PÚBLICOS	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	SOP	280.000
		SPGG	
		SSPS	
		SEFAZ	
		SEDAC	
SEMA			
Reconstrução de RODOVIAS	949 quilômetros em pavimentação destruída, em recomposição asfáltica e contenção para liberação da via	DAER	600.000
Reconstrução de HABITAÇÕES	A Casa é Sua – Calamidades	SEHAB	200.000
	A Casa é Sua – Porta de Entrada	SEHAB	

Valor total projetado para o ano de 2027:

R\$ 2,376 bilhões

RESILIÊNCIA	PREPARAÇÃO	RECONSTRUÇÃO
R\$ 1,91 Bi	R\$ - Mi	R\$ 550 Mi
Principais órgãos: SEDEC, Metroplan, SEMA e DAER	Principais órgãos: Defesa Civil, SEMA, SSP	Principais órgãos: SEDUC, SOP, SELT, DAER, SEHAB
Principais ações: Apoio a empresas e municípios	Principais ações: Fortalecimento das estruturas de resposta	Principais ações: Recuperação de infraestrutura estadual e políticas habitacionais

Eixo Resiliência

Valor para 2027: R\$ 1,91 bilhões

Para o ano de 2027, apresentamos a proposta ilustrada abaixo que consiste na conclusão dos projetos municipais, financiados através de convênios ou outros instrumentos de cooperação.

Também está sendo considerada a necessidade de uma segunda rodada de investimentos em cadeias produtivas essenciais, de modo a assegurar a estabilização econômica de modo sustentável e resiliente no médio e longo prazo.

RESILIÊNCIA PORTFÓLIO DE PROJETOS 2027			
AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTOS	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos municípios em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público	SEDUR, SEMA, OUTROS	300.000
Desassoreamento de rios	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	SEDUR, SEMA	60.000
Programa de Parcerias Público-Privadas Resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	SELT	-
Ativação econômica	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	SICT	150.000
Subvenção econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	SEDEC, BADESUL, BRDE, BANRISUL	1.000.000
Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	STDP, SEDES, SEL, SEDAC, SJCDH	200.000
Recuperação no Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros.	SEAPI, SDR, EMATER	200.000

Eixo Preparação

Veja que as principais ações de mapeamento e a implantação do monitoramento sistemático do Estado estarão em fase de operação, não foram considerados novos investimentos neste eixo até o presente momento.

As estruturas de resposta e segurança, plenamente fortalecidas estarão de posse de ferramentas e instrumentos de alta qualidade e disponibilidade. Considerando que as maiores despesas nessa ocasião serão as de custeio das estruturas, e que o financiamento de despesas correntes continuadas é vedado pelo Decreto 12.118/2024, não foram incluídas neste documento.

Eixo Reconstrução

Valor para 2027: R\$ 550 milhões

Para o ano de 2027 estão previstas a continuidade das ações de reconstrução iniciadas em 2024, com especial enfoque na conclusão de escolas com infraestrutura qualificada e resiliente, além da conclusão das obras em rodovias atingidas e interrompidas.

RECONSTRUÇÃO | PORTFÓLIO DE PROJETOS 2027

AÇÃO PLANO DE INVESTIMENTO	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	VALOR
Reconstrução de ESCOLAS	Reconstrução de Escolas com estrutura resiliente	SEDUC	200.000
	Aporte em PPP Educacional para escolas atingidas	SEDUC	-
Reconstrução de PONTES	Reconstrução de 8 pontes danificadas em todo o Estado	DAER	-
Reconstrução de PRÉDIOS PÚBLICOS	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	SOP	100.000
		SPGG	
		SSPS	
		SEFAZ	
		SEDAC	
Reconstrução de RODOVIAS	949 quilômetros em pavimentação destruída, em recomposição asfáltica e contenção para liberação da via	DAER	250.000
	A Casa é Sua – Calamidades	SEHAB	-
Reconstrução de HABITAÇÕES	A Casa é Sua – Porta de Entrada	SEHAB	-

6. Governança

O Plano Rio Grande prevê ações de curto, médio e longo prazo em três frentes: ações emergenciais, ações de reconstrução e um conjunto de ações chamado Rio Grande do Sul do futuro. Além disso, são mapeadas oportunidades de captação de recursos para potencializar os projetos necessários.

A governança do FUNRIGS visa assegurar a transparência, eficiência e eficácia na aplicação dos recursos e promover a prestação de contas, a participação ativa das diversas partes envolvidas, incluindo órgãos governamentais, sociedade civil e setor privado. Além disso, contribui para a otimização dos processos de planejamento, execução e monitoramento das ações de reconstrução, garantindo que os investimentos sejam direcionados de forma estratégica e com base em critérios técnicos sólidos, maximizando o impacto positivo das iniciativas e mitigando riscos.

6.1 Conselho do FUNRIGS

Conforme Art. 6º do Decreto nº 57.647, de 3 de junho de 2024, o Conselho do FUNRIGS é composto por representantes de diversas entidades, incluindo universidades, centros tecnológicos, entidades empresariais, sindicatos e entidades ambientais. A composição detalhada do conselho é:

§ 5º O Conselho do FUNRIGS, de que trata o art. 6º da Lei no 16.134/2024, com competências consultivas e de fiscalização das boas práticas no uso dos recursos, composto por membros designados pelo Governador do Estado, assegurada a participação, na proporção mínima de um terço da composição total, de representantes dos seguintes setores:

- I - de duas universidades e dois centros tecnológicos;*
- II - de uma entidade de representação empresarial para cada um dos seguintes setores:*
 - a) construção civil;*
 - b) infraestrutura logística;*
 - c) indústria;*

- d) comércio;
- e) agricultura e pecuária; e
- f) serviços;
- III - de três centrais sindicais de trabalhadores urbanos e de três entidades de representação de trabalhadores rurais;
- IV - de uma entidade de atuação ambiental;
- V - da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS; e
- VI - Associação Riograndense de Imprensa.

6.2 Comitê Gestor do FUNRIGS

O FUNRIGS é gerido por um Comitê Gestor composto por núcleo da Governadoria do Estado. Este comitê é responsável por tomar decisões estratégicas e gerenciais sobre a utilização dos recursos do fundo, garantindo a coordenação e a eficiência nas ações de reconstrução e adaptação climática no estado.

§ 3o O FUNRIGS será gerido por Comitê Gestor integrado pelos seguintes membros:

- I - Secretário de Estado da Reconstrução Gaúcha, que o presidirá;*
- II - Secretário-Chefe da Casa Civil;*
- III - Procurador-Geral do Estado;*
- IV - Secretário de Estado de Planejamento, Governança e Gestão; e*
- V - Secretário de Estado da Fazenda.*

6.3 Transparência

Em atendimento ao §11, art. 6º do Decreto Estadual nº 57.647, de 3 de junho de 2024, serão publicados mensalmente em sítio próprio todas as informações sobre os planos de ações e a movimentação financeira e contábil do FUNRIGS. As informações podem ser acessadas em: <https://www.transparencia.rs.gov.br/despesas/calamidade-publica/1-1-tematico-fundo-do-plano-rio-grande-funrigs/dados>.

6.4 Fluxograma de Acompanhamento

Para inclusão de uma iniciativa no Plano Rio Grande, há um processo de admissibilidade. O fluxo tem início a partir de demandas da sociedade encaminhadas ao Conselho do Plano Rio Grande. As demandas podem ser endereçadas também pelas secretarias finalísticas ou pelo Comitê Científico de Adaptação e Resiliência Climática, sendo então direcionadas à Secretaria de Estado da Reconstrução Gaúcha (SERG).

A SERG, enquanto Secretaria executiva do Plano Rio Grande, juntamente ao Comitê Gestor, avalia as demandas e as qualifica enquanto ação, programa ou projeto a ser inserido no Plano. As demandas são encaminhadas para a pasta finalística correspondente ou diretamente para a SERG, por competência, enquanto as demandas não admitidas são arquivadas.

As demandas aprovadas são então avaliadas quanto ao mérito para financiamento pelo FUNRIGS ou por outras fontes. A proposta de estratégia de financiamento deverá ser aprovada pelo Comitê Gestor do FUNRIGS.

Finalmente, após a alocação dos recursos, ocorre a execução da demanda. A SERG também é responsável pelo monitoramento e controle das demandas relacionadas à reconstrução gaúcha, garantindo uma gestão eficiente e transparente dos recursos e ações implementadas.



7. Considerações Finais

O Plano de Investimentos do FUNRIGS, detalhado no Anexo I, demonstra a importância da atuação emergencial do Estado, que já permitiu a execução de medidas cruciais para a estabilização das comunidades afetadas pelas enchentes e desastres climáticos. É essencial que esses valores sejam recompostos ao Tesouro Estadual, através dos recursos provenientes da postergação da dívida do Estado, assegurando a continuidade das ações de reconstrução e adaptação climática.

Em outra análise sobre os impactos da mudança climática nos recursos hídricos das diferentes regiões do Brasil, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico apontou tendência de aumento de imprevisibilidade no clima para a região sul, com eventos concentrados de cheias e secas, destacando ainda a necessidade da adoção de medidas de preparação para variações que incluem desde excesso de água até a escassez desta⁶. Portanto, a implementação de medidas de resiliência climática, que perpassam ainda o desenvolvimento econômico e social, se mostra fundamental para a recuperação do Estado e sua sustentação em médio e longo prazo.

Para o eixo de Preparação, as ações são caracterizadas por rápida execução e liquidação, uma vez que foram dimensionadas considerando opções cujo fornecimento tenha prazos de entrega reduzidos, e com isso rápido retorno em impacto positivo. É essencial que as ações de preparação das forças de segurança e da defesa civil sejam implementadas rapidamente, considerando a iminente possibilidade de novos desastres climáticos, conforme a frequência observada nos últimos doze meses.

As ações planejadas no eixo de Reconstrução se caracterizam pela complexidade e longo cronograma necessário para a execução de grandes obras de infraestrutura, como pontes e rodovias, sobretudo como no caso em que demandam construções mais resilientes. Além disso, parte significativa do investimento em habitação é destinada não apenas a políticas de acesso habitacional para a população de baixa renda, mas também à realocação de comunidades e à reorganização de grandes territórios, conforme os novos planos diretores a serem emitidos por municípios severamente afetados.

Diante dos desafios enfrentados pelo Rio Grande do Sul, é crucial que o governo federal reconheça, mais uma vez, a importância de investimentos em preparação para desastres como parte integrante das

⁶ Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (Brasil). 2024. Impacto da Mudança Climática nos Recursos Hídricos no Brasil / Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. -- Brasília : ANA, 2024. 96 p. : il.

estratégias de recuperação e desenvolvimento sustentável. A adoção de uma abordagem integrada, que une esforços de preparação e reconstrução, não apenas fortalece a resiliência das comunidades, mas também se traduz em economias significativas no longo prazo, conforme demonstrado por diversos estudos.

Portanto, entendemos como razoável que o governo federal interprete os gastos destinados à preparação para desastres como investimentos prioritários referidos no Decreto 12.118, de 23 de julho de 2024, e que sejam considerados entre aqueles passíveis de uso dos recursos da dívida do estado, o que não ficou explícito na redação da norma e acabou por gerar distintas interpretações quando menciona **“ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública e de suas consequências econômicas e sociais”**.

As ações de enfrentamento eficiente da calamidade, pelos motivos citados, incluem a preparação para eventos futuros. De outra forma, haverá mais gastos, menos engajamento da sociedade civil como um todo, além de não trazer segurança para garantir a retomada sustentada do crescimento econômico e para incentivar que as pessoas permaneçam no Rio Grande do Sul no longo prazo.

Esta interpretação, lastreada em outras normativas nacionais e evidências científicas, não apenas aliviaria a carga financeira imediata, mas também incentivaria o desenvolvimento de infraestruturas resilientes e a implementação de políticas públicas que garantam a segurança e o bem-estar da população frente aos desafios climáticos futuros. A inclusão desses gastos no cálculo da dívida pública do Rio Grande do Sul reforçaria o compromisso com a gestão de riscos e a construção de um futuro mais seguro e sustentável para todos.

Por fim, cabe salientar que, o Plano de Investimentos é preliminar e será revisado quadrimestralmente pelo Comitê Gestor e pelo Conselho do FUNRIGS, conforme detalhado no Anexo I, que lista todos os projetos com seus respectivos valores, acompanhado de uma planilha com a previsão quadrimestral para maior detalhamento.

8. Referências

ADGER, W. N.; et al. *Social-Ecological Resilience to Coastal Disasters*. *Science*, v. 309, n. 5737, p. 1036-1039, 2005.

CUTTER, S. L.; et al. *Disaster Resilience: A National Imperative*. Washington, DC: The National Academies Press, 2013.

HALLEGATTE, S.; BANGALORE, M.; BONZANIGO, L.; FAY, M.; KANE, T.; NARLOCH, U.; ROZENBERG, J.; TREGUER, D.; VOGT-SCHILB, A. *Shock Waves: Managing the Impacts of Climate Change on Poverty*. Washington, DC: World Bank, 2016.

HALLEGATTE, S.; VOGT-SCHILB, A.; ROZENBERG, J.; BANGALORE, M.; BEAUDET, C. *From Poverty to Disaster and Back: A Review of the Literature*. *Economics of Disasters and Climate Change*, v. 4, n. 1, p. 1-36, 2020.

HALLEGATTE, S.; RENTSCHLER, J.; ROZENBERG, J. *Lifelines: The Resilient Infrastructure Opportunity*. Sustainable Infrastructure. Washington, DC: World Bank, 2019.

IPCC. *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability*. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.

IPCC. *AR6 Synthesis Report: Climate Change 2023*. Sixth Assessment Report. Panel's 58th Session held in Interlaken, Switzerland from 13 - 19 March 2023.

JOHNSON, L.; OLSHANSKY, R. *After Great Disasters: An In-Depth Analysis of How Six Countries Managed Community Recovery*. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy, 2017.

KALFIN; SUKONO; SUPIAN, S.; MAMAT, M. *Insurance as an Alternative for Sustainable Economic Recovery after Natural Disasters: A Systematic Literature Review*. *Sustainability* 2022.

KOUSKY, C. *Informing Climate Adaptation: A Review of the Economic Costs of Natural Disasters, Their Determinants, and Risk Reduction Options*. *Annual Review of Resource Economics*, v. 6, n. 1, p. 217-234, 2014.

LIBERATO, Johnny Amorim. *Gastos em proteção e Defesa Civil para prevenção de desastres naturais versus resposta e reconstrução no Brasil*. *Revista Técnica CNM*, 2016.

MECHLER, R. *Reviewing the Economic Efficiency of Disaster Risk Management*. *Review of Environmental Economics and Policy*, v. 10, n. 1, p. 1-19, 2016.

MECHLER, R.; BOSETTI, V.; CALDERON, T.; RANA, A. *Assessing the Feasibility of Resilient Infrastructure to Reduce Disaster Risks*. *Global Environmental Change*, v. 23, n. 2, p. 427-438, 2013.

THE WORLD BANK. *Natural Hazards, Unnatural Disasters: The Economics of Effective Prevention*. Washington, DC: The World Bank, 2010.

WORLD MIGRATION REPORT IOM. UN Migration 2024.

WWA. Climate change, El Niño and infrastructure failures behind massive floods in southern Brazil. 3 jun 2024.



GOVERNO
DO ESTADO
**RIO
GRANDE
DO SUL**

ANEXO I - PLANO DE INVESTIMENTOS POR QUADRIMESTRE (VERSÃO 16 DE SETEMBRO DE 2024)

EIXO	AÇÃO ESTRATÉGICA	DESCRIÇÃO	SECRETARIAS FINALÍSTICAS	2024				2025			2026			2027		TOTAL
				1 QD	2 QD	3 QD	4 QD	5 QD	6 QD	7 QD	8 QD	9 QD	10 QD			
Emergencial	Ações de resposta e restabelecimento	Medidas emergenciais e de apoio humanitário como: repasses da Defesa Civil aos municípios, qualificação de abrigos, programa Volta por Cima, habitações temporárias, aluguel social, horas máquina para desobstrução de vias. retomada de aulas. entre outros	Defesa Civil, SEDES, SEDUC, SEDUR, SELT,	700,000												700,000
Emergencial	Constituição de força de trabalho temporária	Recursos humanos contratados em decorrência da emergencialidade para fortalecimento das forças de segurança	SSP	72,000	100,000	100,000	100,000	115,000	115,000							602,000
Resiliência	Programas de financiamento de soluções para reconstrução e resiliência dos municípios	Apoio aos município em projetos de reconstrução e resiliência através de chamamento público ou outros instrumentos	SEDUR, SEMA, SEAPI, OUTROS	150,000	100,000	100,000	100,000	200,000	200,000	200,000	150,000	150,000				1,350,000
Resiliência	Desassoreamento de rios	Intervenções e possibilidades de desassoreamento de pequenos rios e córregos	SEDUR	150,000	30,000	30,000	30,000				30,000	30,000				300,000
Resiliência	Programa de Parcerias Público-Privadas Resilientes	Aporte público em PPPs de rodovias, inclusive reequilíbrios em concessões existentes, com enfoque na resiliência e contingência das rodovias em áreas atingidas	SELT					100,000	100,000	800,000						1,000,000
Resiliência	Ativação econômica	Fomento à retenção de capital humano em atividades intensivas em conhecimento	SICT		20,000	25,000	25,000	50,000	50,000	50,000	75,000	75,000				370,000
Resiliência	Subvenção econômica	Fomento à atividade econômica em setores atingidos, através de linhas para investimento e capital de giro	SEDEC, BADESUL, BRDE, BANRISUL	270,000	100,000	100,000	100,000	500,000	500,000		500,000	500,000				2,570,000
Resiliência	Políticas Sociais	Políticas públicas de assistência social, cultura, esporte, trabalho e renda focalizadas em localidades afetadas	STDP, SEDES, SEL, SEDAC, SJCDH, OUTROS	100,000	160,000	150,000	150,000	200,000	20,000	200,000	100,000	100,000				1,180,000
Resiliência	Recuperação no Setor Primário	Políticas de recuperação na agricultura, pecuária, silvicultura, pesca e produção agrícola, entre outros.	SEAPI, SDR, EMATER	200,000	100,000	50,000	50,000	100,000	100,000		100,000	100,000				800,000
Preparação	Mapeamento do estado com levantamento topográfico e batimetria com tecnologia laser	Identificação das áreas de risco topográfico	SEMA		40,000	40,100										80,100
Preparação	Sistemas de monitoramento mais avançados	Cota de inundação, estudo batimétrico	SEMA													
Preparação		Maior possibilidade de deslizamentos	Defesa Civil													
Preparação		Novos radares meteorológicos	Defesa Civil													
Preparação		Novas estações hidrometeorológicas	Defesa Civil													
Preparação		Modelagem hidrodinâmica	Defesa Civil		117,800	50,000	50,000	50,000	50,000							317,800
Preparação		Novos softwares com cruzamento de informações	SEMA													
Preparação		Nova sala de controle	SEMA													
Preparação		Central de Comando e Controle	Defesa Civil													
Preparação		Novas unidades reforçadas nas regiões	Defesa Civil													
Preparação	Reforço da estrutura de resposta das forças de segurança	Estruturação de Projeto Centro Integrado	Defesa Civil													
Preparação		Novos equipamentos (Unidades móveis)	Defesa Civil		341,000	341,000	341,500	150,000	150,000							1,323,500
Preparação		Novos equipamentos (incluindo aeronaves)	SSP													
Preparação		Educação e capacitação	Defesa Civil													
Preparação	Cultura de prevenção e orientação em situações de risco	Planos de Contingência	Defesa Civil		21,000	21,000										42,000
Preparação		Centro de Referência Internacional em Estudos Climáticos (CRIAC)	SICT													
Preparação		Rodoviária de Porto Alegre	DAER													
Preparação	Sistema de infraestrutura e serviços alternativos	Aeroportos de backup	SELT		20,000	20,000	10,000									50,000
Preparação		Sistema de rodovias alternativas	SELT													
Reconstrução	Reconstrução de ESCOLAS	Reconstrução de Escolas com estrutura resiliente	SEDUC + SOP	60,000	20,000			40,000			100,000	100,000				320,000
Reconstrução		Aporte em PPP Educacional para escolas atingidas	SEDUC		90,000	90,000		60,000	100,000							340,000
Reconstrução	Reconstrução de PONTES	Reconstrução de 8 pontes danificadas em todo o Estado	DAER SOP	30,000	14,000											44,000
Reconstrução			SPGG													
Reconstrução	Reconstrução de PRÉDIOS PÚBLICOS	Reforma de edificações afetadas pelas enchentes em diversas pastas e vinculadas	SSPS SEFAZ SEDAC SEMA	40,000	20,000	20,000	30,000		140,000	140,000	50,000	50,000				490,000
Reconstrução	Reconstrução de RODOVIAS	Recomposição asfáltica em rodovias obstruídas, recuperação de acessos e contenções	DAER	100,000	190,000	190,000	200,000	200,000	200,000	200,000	200,000	50,000				1,530,000
Reconstrução	Reconstrução de HABITAÇÕES	A Casa é Sua – Calamidades	SEHAB	50,000	30,000	40,000	30,000	50,000	50,000	40,000						290,000
Reconstrução		A Casa é Sua – Porta de Entrada	SEHAB	50,000	30,000	40,000	30,000	20,000	20,000	20,000						210,000
		Total ano		1,972,000	4,197,400			5,280,000			2,460,000					13,909,400
		Total quadrimestre		1,972,000	1,543,800	1,407,100	1,246,500	1,835,000	1,795,000	1,650,000	1,305,000	1,155,000				13,909,400